



Ata da 18ª (décima oitava) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 26 (vinte e seis) de Maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezessete) horas do dia 26 (vinte e seis) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Após, o Presidente informou que a Rádio Altaneira FM já está em funcionamento, embora ainda seja necessário o alinhamento para realizar o cabeamento para a transmissão das sessões. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 022/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de premiações para eventos culturais, esportivos e turísticos realizados pelo Município de Altaneira – CE e dá outras providências; Item 2: Projeto de Lei nº 023/2025, de autoria do Poder Executivo, que estabelece jornada especial de trabalho a servidores da administração pública municipal com cônjuge, filhos e/ou dependentes com deficiência; Item 3: Projeto de Lei nº 024/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares – projetos encaminhados pela Presidência da Casa para a Comissão Permanente para análise e emissão de parecer; Item 4: Ofício nº 043/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta ao Requerimento nº 052/2025 — autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando a designação de um funcionário para cuidar da limpeza dos calçamentos dos sítios, principalmente das localidades da Serra do Valerio, Taboquinha e Vale do São Romão e Item 5: Ofício nº 044/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta ao Requerimento nº 057/2025 — autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando a realização de obras e reforma, revitalização e adequação de acessibilidade nas praças públicas municipais, em especial nas localidades mais utilizadas pela comunidade. **REGISTROS DA PRESIDÊNCIA:** O Presidente Professor Deza Soares, após saudações aos presentes e aos ouvintes, destacou as homenagens realizadas pela Câmara Municipal, por meio de suas redes sociais, às seguintes datas comemorativas: o Dia do Pedagogo e o Dia Nacional do Técnico e Auxiliar de Enfermagem – 20 (vinte) de maio, ressaltando a relevância desses profissionais na educação e na saúde; o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento e o Dia do Profissional de Letras – 21 (vinte e um) de maio; o Dia Internacional da Biodiversidade – 22 (vinte e dois) de maio; e o Dia do Trabalhador Rural – 25 (vinte e cinco) de maio, reforçando a importância de cada categoria para a sociedade. Na ocasião, convidou a população para participar da Audiência Pública que ocorrerá na próxima sexta-feira, dia 30 (trinta) de maio, às 9 (nove) horas, no auditório da Câmara Municipal, com a presença da gestão municipal, para tratar das metas fiscais, apresentação da prestação de contas dos primeiros 120 (cento e vinte) dias de governo e discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 (dois mil e vinte e seis). Registrou ainda sua participação, ao lado dos vereadores Valmir Brasil, Paulo Robson e Zé de Zuza, na Audiência Pública sobre o Cooperativismo no Estado do Ceará, realizada no último dia 23 (vinte e três), na cidade de Juazeiro do Norte. Por fim, comunicou estudo e reuniões visando melhorias no sistema de som e transmissão das sessões da Casa e informou sobre a antecipação do pagamento do 13º (décimo terceiro) salário de vereadores e servidores do



Legislativo Municipal. **TEMA LIVRE:** A Vereadora Tia Janne iniciou seu tempo regimental parabenizando a Secretaria Municipal de Saúde pela realização do mutirão de cirurgias de catarata, destacando a importância da ação para a saúde e qualidade de vida da população. Ressaltou ainda o empenho da Prefeita em buscar recursos em Brasília, os quais serão investidos na pavimentação de ruas da cidade. Nesse contexto, relatou ter recebido reclamação de uma senhora idosa que afirmou não conseguir mais ir à missa devido à falta de acessibilidade no calçamento, o que, de acordo com a parlamentar, evidencia a necessidade urgente de melhorias. Também registrou homenagens pelo Dia do Trabalhador Rural, reconhecendo a importância desses profissionais na produção de alimentos, e expressou seu orgulho por também ser filha de agricultor. Saudou ainda os Técnicos e Auxiliares de Enfermagem pelo seu dia, enfatizando a dedicação desses profissionais, dos quais também faz parte, e o papel essencial que desempenham na promoção e cuidado à saúde. Mencionou visita recente à Creche Ciranda do Saber, elogiando a organização e o trabalho dos profissionais com as crianças. Por fim, destacou a campanha Maio Laranja, ressaltando a importância da parceria entre o CRAS e o Conselho Tutelar na realização de palestras voltadas à prevenção da violência contra crianças e adolescentes, com foco na orientação às famílias e à comunidade escolar. Na sequência, o Presidente Professor Deza Soares destacou a relevância do mutirão "Zera Fila", promovido pela gestão municipal, que atendeu 17 (dezesete) cidadãos portadores de catarata, beneficiando diretamente a população. Ressaltou também a realização do Curso de Qualidade do Leite (bovinocultura), promovido pela Secretaria Municipal de Agricultura em parceria com o SENAR e a EMATERCE. Ressaltou que o curso visa capacitar os participantes em boas práticas de manejo e produção, com foco em higiene, qualidade e valorização do leite produzido localmente. Em seguida, a Vereadora Professora Ana Maria relatou denúncia recebida de uma paciente que, há mais de cinco anos, faz uso de medicamentos de alto custo e que, ao buscar o remédio na farmácia, foi informada de que seu nome havia sido retirado do sistema, sendo orientada a reiniciar todo o processo médico para voltar a receber o tratamento. A parlamentar considerou a situação desrespeitosa e lamentou a falta de empatia do serviço público diante de casos sensíveis como esse. Relatou ainda outro problema, desta vez envolvendo o transporte de crianças neuroatípicas. Segundo denúncias de mães, incluindo uma que conversou com ela e com o vereador Júnior do Povo na última segunda-feira, houve descaso no transporte, com crianças sendo levadas em pé ou no colo, em condições inadequadas, até a Policlínica. Reforçou que, apesar de ofício da Secretaria de Educação informando a resolução do problema, as queixas continuam. A vereadora reforçou a necessidade de a gestão municipal priorizar esse serviço, garantindo transporte adequado, seguro e digno às crianças e suas mães. A posteriori, o Vereador Paulo Robson utilizou seu tempo no tema livre para registrar sua participação em eventos e reforçar pautas relevantes para o município. Destacou sua participação na Audiência Pública sobre Cooperativismo, realizada em Juazeiro do Norte, com presença dos vereadores Valmir Brasil, Zé de Zuza e Professor Deza Soares, registrando que o momento foi presidido pelo deputado De Assis Diniz, com o objetivo de discutir os desafios enfrentados por cooperativas de agricultura familiar na comercialização de seus produtos e nas políticas públicas de apoio ao setor. Na área do esporte, parabenizou a realização da "Copa do Mundo EEPlaza", voltada para jovens, organizada de forma voluntária pelo professor Daniel e sua companheira Lily. Convidou a população para a final da Copa, que será entre os times Alemanha e Argentina, amanhã, às 18 (dezoito) horas, no Ginásio Poliesportivo. Também ressaltou o crescimento do MTB na região. Destacou a realização de duas provas: o Desafio Entre Serras, no Crato — em que o atleta altaneirense Professor Adeilton foi vice-campeão na categoria Master B2 — e o simulado do "Desafio Terras Altas", realizado em Altaneira e Farias Brito, que antecede o evento oficial marcado para os dias 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) de junho. Elogiou ainda a participação da equipe do Sandá, que participou de evento na cidade de Nova Olinda, estendendo seu reconhecimento aos jovens altaneirenses que representam o município. Por fim, respondeu à Vereadora Professora Ana Maria sobre a denúncia de superlotação no transporte de crianças



neuroatípicas, informando que em conversa com a Secretária de Saúde, Ivanna, lhe foi informado de que está sendo feito um estudo juntamente com a Policlínica para readequar os atendimentos, priorizando o transporte exclusivo para essas crianças. Também mencionou a possibilidade de retorno de especialidades médicas à sede do município, o que deve reduzir a demanda por transporte. Lembrou ainda que dois projetos de lei, que originaram-se de projetos de indicação de sua autoria — voltados à redução da jornada de trabalho para pais de crianças atípicas e à destinação de recursos públicos para políticas de inclusão — estão em tramitação na Casa, tendo sido apresentado o expediente da sessão de hoje, e refletem seu compromisso com essa causa, que também vivencia pessoalmente como pai de uma criança portadora de TEA. Sequentemente, o Vereador Júnior do Povo iniciou sua fala parabenizando, de forma afetuosa, sua amiga e ex-vereadora Silvânia Andrade por seu aniversário, destacando-a como mulher guerreira e de grande importância para a comunidade. Em seguida, agradeceu à Secretaria de Educação por, após denúncias feitas por ele, ter convocado uma profissional concursada para o cargo de psicopedagoga do município, anteriormente ocupado por portaria. Ressaltou a importância da atuação da servidora junto a crianças com TEA e outras necessidades, desejando-lhe boas-vindas e que exerça seu trabalho com dedicação. Solicitou ainda à gestão municipal, na pessoa do Secretário Municipal de Infraestrutura, que priorize, no cronograma de revitalização de praças, a Praça Padre David Moreira (Praça da Matriz), em razão do início dos festejos da padroeira e da baixa acessibilidade do local, especialmente para idosos e cadeirantes. Registrou também a reintegração de duas dentistas concursadas ao quadro efetivo, por decisão judicial, após terem sido afastadas por portaria. Parabenizou as profissionais e criticou a precariedade do serviço odontológico público, mencionando a superlotação dos consultórios particulares e a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes para a área. Manifestou apoio à Vereadora Ana Maria quanto à denúncia de superlotação no transporte de crianças com transtornos neuroatípicos. Destacou que a questão não é falta de veículos, mas sim de organização, citando que há ônibus, vans e outros meios disponíveis, mas que não estão sendo utilizados adequadamente. Finalizou informando às mães de crianças com transtornos que já está em vigor a Lei Municipal nº 924/2024, que autoriza a emissão da Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH ou outras deficiências, orientando que procurem o CRAS para providenciar o documento e colocou seu mandato à disposição da população. Logo após, o Vereador Professor Nonato registrou sua satisfação em parabenizar a ex-vereadora Silvânia Andrade pela passagem de seu aniversário, destacando sua admiração a sua amiga pessoal. Também felicitou a cidadã Natércia, mãe atípica e defensora da causa das pessoas com deficiência, pela sua recente volta a Altaneira após anos residindo fora. Depois, comentou que, passados alguns dias das primeiras convocações do processo seletivo conduzido por empresa que classificou como “esdrúxula”, apresentará requerimento solicitando documentação com o intuito de acompanhar tais convocações, buscando obter informações sobre os critérios adotados e a efetividade dos serviços prestados, justificando que a medida se dá em razão de reclamações que tem recebido sobre o tema. Prosseguindo, o Vereador Paulo Geano solidarizou-se com a família Bastos, pelo falecimento do Senhor Cícero Batista Ferreira, destacando que se tratava de um amigo querido, cuja ausência certamente deixará saudades. Também felicitou os técnicos de enfermagem pela passagem do seu dia, celebrado em 20 (vinte) de maio, com menção especial à vereadora Tia Janne e ao Vereador Júnior do Povo. Ressaltou ainda a importância do Dia do Agricultor, homenageando esses trabalhadores que, com dedicação e esforço, garantem o alimento do povo brasileiro. Destacou positivamente a ação da Secretaria Municipal de Saúde, que zerou a fila de cirurgias de catarata por meio de um mutirão, beneficiando 17 (dezesete) pessoas que voltaram a enxergar. Classificou a iniciativa como necessária e relevante e desejou ainda pronta recuperação a todos os contemplados pela ação. Por fim, parabenizou a ex-vereadora Silvânia Andrade pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe saúde, felicidade. Aparte, a Vereadora Professora Ana Maria também felicitou a ex-Vereadora Silvânia Andrade pelo seu aniversário, estendendo à mesma votos de saúde e sabedoria.



Ulteriormente, o Vereador Professor Deza Soares também registrou a passagem do aniversário da ex-vereadora e ex-vice-presidente desta Casa Legislativa, Silvânia Andrade e manifestou solidariedade à família Bastos pelo falecimento do Sr. Cícero Batista Ferreira. No tocante às contratações realizadas pelo município, reiterou sua posição favorável à observância estrita da ordem de classificação dos candidatos, especialmente na área da educação, defendendo que nenhuma contratação seja feita fora dos critérios previamente estabelecidos. Informou, ainda, sobre o convite do Senador e Ministro da Educação, Camilo Santana, aos estudantes matriculados no 3º (terceiro) ano do ensino médio, para que confirmem sua inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), visto que todos já se encontram pré-inscritos, sendo necessário apenas realizar a confirmação de forma gratuita e virtual. Complementando o assunto, comunicou que, conforme anunciado pelo referido Ministro, pessoas maiores de 18 (dezoito) anos que não concluíram o ensino médio e obtiverem nota igual ou superior a 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos no ENEM terão direito ao diploma de conclusão do ensino médio. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Projeto de Resolução nº 002/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que altera dispositivos da Resolução nº 004/2024 que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Altaneira e adota outras providências. Relembrando que o vereador Professor Nonato fez pedido de vista à matéria na sessão ordinária anterior, o Presidente concedeu a palavra ao referido parlamentar. Por sua vez, o Vereador Professor Nonato registrou que o Projeto de Resolução tem como objetivo permitir que mais vereadores participem da Comissão Permanente na condição de relator. Observou que, com nove parlamentares na Casa, caso a proposta não seja aprovada, apenas dois exercerão essa função ao longo da legislatura. Lembrou que atuou como relator por dois anos no mandato anterior, deixando sua contribuição registrada nos anais da Casa, e destacou que, por entender a importância de abrir espaço para os vereadores que estão iniciando seus mandatos, não vê motivo para votar contra a proposta. Após, realizando a defesa de sua matéria, o Vereador Paulo Robson esclareceu que, desde que passou a integrar a Comissão Permanente como representante do bloco de minoria, foi eleito presidente da comissão, função que lhe permitiu compreender melhor os trâmites e a necessidade de dar mais agilidade à apresentação dos pareceres. Com base nessa experiência, registrou que considera importante que outros parlamentares também tenham a oportunidade de participar como relatores, o que contribuiria para otimizar os trabalhos da Casa. Ressaltou que semanalmente chegam diversas matérias, tanto do Executivo quanto do Legislativo, e que, ao concentrar a responsabilidade em um único vereador, pode haver sobrecarga e acúmulo de projetos, independentemente da vontade do relator. Como exemplo, citou o próprio Projeto de Resolução em debate, que permaneceu por mais de 60 (sessenta) dias na comissão sem deliberação, sendo necessário que a Presidência o avocasse. Reforçou que a proposta não tem o objetivo de enfraquecer a Comissão Permanente nem retirar suas atribuições, muito menos tirar a autonomia da Casa, mas sim de modernizar o Regimento Interno e dar mais celeridade à atuação legislativa. Explicou que o sorteio da relatoria já é utilizado em tribunais e em casas legislativas como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Destacou ainda que o projeto mantém o rito normal para matérias mais complexas, como alterações na Lei Orgânica ou no Regimento Interno, que continuarão sendo encaminhadas diretamente à comissão e esclareceu que os membros da mesa diretora e os autores das matérias não poderão participar do sorteio, e que o vereador sorteado poderá abdicar da relatoria, permitindo que outro assuma ou que a matéria siga para a Comissão Permanente. Por fim, reafirmou que a intenção da proposta é valorizar a participação dos parlamentares e tornar os trabalhos mais ágeis, atendendo melhor à população. O Vereador Júnior do Povo expressou dificuldade de interpretação quanto ao Projeto de Resolução, esclarecendo que se trata de uma percepção pessoal. Afirmou respeitar as opiniões dos demais parlamentares, especialmente dos membros de seu grupo político, e destacou que, segundo a Lei Orgânica do Município, a composição da Comissão Permanente deve respeitar a proporcionalidade partidária, garantindo a participação de dois terços dos membros ao partido com maior representatividade. Questionou a eficácia da proposta ao



considerar que os parlamentares que já integram a comissão também poderão ser sorteados como relatores, o que, em sua visão, não trará mudanças significativas. Declarou que, se a resolução for aprovada, não vê mais necessidade da existência da Comissão Permanente, uma vez que os relatores serão definidos por sorteio e o papel dos demais membros ficará esvaziado. Informou que não tem interesse em participar dos sorteios e que apresentará carta abrindo mão da relatoria, caso o projeto seja aprovado. Ressaltou que não considera essa proposta como um avanço, mas sim como um fator de desorganização dos trabalhos da Casa, visto que, segundo sua interpretação, a proposta não deixa claro como se dará o funcionamento da Comissão Permanente diante da nova dinâmica. Apontou, ainda, que o projeto não esclarece como ocorrerá a tramitação das matérias, especialmente em casos de emendas à Lei Orgânica, e questionou de que forma a comissão irá atuar, se haverá votação interna ou se caberá apenas ao relator emitir parecer direto ao Plenário. Para ele, a proposta esvazia as atribuições da comissão e compromete sua finalidade. Sugeriu que, se o objetivo for extinguir a Comissão Permanente, isso seja feito de maneira clara, por meio de emenda à Lei Orgânica. Reafirmou que não deseja participar do que considera um processo desorganizado, e declarou que se abstém da votação por entender que a proposta representa um retrocesso, tanto para a organização interna da Câmara quanto para a autonomia partidária. Finalizou afirmando que já comunicou sua posição ao autor da matéria e espera esclarecimentos sobre a forma como a Mesa Diretora conduzirá os trâmites a partir dessa possível mudança. Em seguida, o Presidente Professor Deza Soares esclareceu que não está incentivando nenhum vereador a votar a favor ou contra a matéria em discussão. Informou que o sistema proposto não comprometeria os trabalhos da Presidência, visto que já é adotado no Senado Federal e em outras câmaras legislativas. Ressaltou que, para a Presidência, o essencial é que as matérias recebam parecer; no entanto, quando isso não ocorre, o andamento dos trabalhos também não é prejudicado, uma vez que matérias sem parecer seguem sendo votadas, como é o caso da presente proposição, que teve de ser avocada pela Presidência. Acrescentou, por fim, que a matéria possui parecer jurídico favorável, atestando sua constitucionalidade. Mesmo já tendo realizado esclarecimentos na defesa da matéria, o vereador Paulo Robson, para que não reste nenhuma dúvida, reiterou que a própria matéria em votação exemplifica a necessidade da proposta, pois chegou ao plenário após mais de 60 (sessenta) dias na Comissão Permanente sem parecer, sem que isso tenha prejudicado os trabalhos da Casa. Ressaltou a importância de ampliar a participação dos parlamentares na relatoria das matérias, a fim de evitar atrasos. Criticou a falta de preparo de alguns vereadores para debater o projeto, citando equívocos do Vereador Júnior do Povo, que classificou incorretamente a proposição como emenda à Lei Orgânica ou projeto de lei, quando se trata de um projeto de resolução que altera o Regimento Interno — competência exclusiva da Câmara. Esclareceu que matérias que tratem de alterações da Lei Orgânica ou do Regimento Interno continuarão tramitando exclusivamente pela Comissão Permanente. Reforçou que o vereador sorteado poderá, se julgar necessário, encaminhar a matéria à Comissão, assim como o plenário poderá deliberar nesse sentido. Por fim, defendeu que matérias de menor complexidade podem ser relatadas por qualquer vereador dentro dos prazos regimentais, como ocorre com a própria proposta em debate, que chegou ao plenário sem parecer formal da comissão. O Vereador Júnior do Povo solicitou respeito à sua interpretação, assim como respeitou a do Vereador Paulo Robson. Após, afirmou que o Vereador Paulo Robson não teve a capacidade técnica de produzir a matéria em questão e que sabe que a produziu, porém, não citou nomes. Declarou que sua visão sobre o projeto em debate é de que, caso aprovado, ele tornará desnecessária a atuação da Comissão Permanente em determinadas matérias. Questionou, nesse sentido, qual seria a finalidade da comissão se os pareceres passarem a ser emitidos por sorteio. Declarou não ter interesse em cargos como relator, presidente ou secretário de comissão, e manifestou sua intenção de se abster de futuras participações em sorteios, a fim de oportunizar outros vereadores. Reforçou que sua decisão é pessoal e desvinculada de qualquer vaidade, e solicitou à Presidência que conste em ata seu desejo de não participar dos sorteios relativos à relatoria. Diante disso, o Vereador Paulo



Robson pediu que, ao menos, fosse respeitado não apenas como parlamentar, mas sim como profissional, ressaltando que já foi, inclusive, professor do Vereador Júnior do Povo. Destacou sua trajetória na vida pública, passando por funções como técnico digitador, professor, coordenador e diretor escolar, até assumir o cargo de vereador, sempre com dedicação e empenho em estudar os assuntos pertinentes às suas funções. Reforçou que uma das primeiras providências ao ser eleito foi estudar o Regimento Interno da Câmara e que procura sempre se consultar com especialistas quando necessário. Admitiu que contou com o auxílio técnico na elaboração da matéria em discussão, reconhecido por seu profundo conhecimento em legislação municipal, mas garantiu que participou ativamente de todo o processo e assinou com responsabilidade todos os projetos e requerimentos que apresentou. Acrescentou que a fala do Vereador Júnior demonstra desconhecimento quanto ao mérito da matéria e registrou que, embora não deseje ofender ou desmerecer ninguém, sugeriu que o colega vereador não medisse a capacidade técnica dos outros por sua própria régua, pois, de acordo com o nobre, “essa régua pode ser um pouco curta”. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, obtendo o seguinte resultado: Vereadores Paulo Geaneo, Paulo Robson, Professor Nonato, Professora Ana Maria, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza: votos favoráveis. Vereador Júnior do Povo: abstenção. Matéria aprovada pela maioria. Item 2: Projeto de Indicação nº 007/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, que autoriza o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal a conceder 01 (um) de folga aos servidores públicos do Município de Altaneira -CE, para tratar sobre assuntos pessoais nas agências bancárias sem o desconto nos respectivos vencimentos do servidor. Pedido de vista feito pela Vereadora Tia Janne e regimentalmente concedido pela Mesa Diretora. Item 3: Projeto de Indicação nº 008/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, que dispõe sobre a instalação e disponibilização gratuita de internet sem fio (wifi) para a população nos prédios públicos. Fazendo a defesa da matéria, a Vereadora Professora Ana Maria esclareceu que o objetivo da proposta é aprimorar a comunicação em momentos de necessidade. Exemplificou que, em determinadas situações, pessoas em unidades de saúde podem precisar de auxílio e não conseguem entrar em contato com seus familiares. Relatou um caso específico em que uma mãe, acompanhando o filho no hospital, necessitou utilizar a internet para contatar o marido e solicitar transporte, pois era noite e estava chovendo, mas teve o pedido de acesso à rede negado. Ressaltou, por fim, que, embora tenha utilizado um prédio da saúde como exemplo, o projeto se aplica a todos os prédios públicos. Na discussão da matéria, o Vereador Paulo Robson reconheceu a boa intenção da Vereadora Professora Ana Maria em propor a matéria, especialmente ao relatar situações pontuais de necessidade. Contudo, ressaltou que o direito coletivo não pode ser comprometido por demandas individuais e considerou inviável a disponibilização irrestrita de internet nos prédios públicos, principalmente nas unidades de saúde. Explicou que o compartilhamento da rede com usuários externos poderia comprometer seriamente os atendimentos, uma vez que os serviços são informatizados e dependem de conexão estável. Mencionou que, em ambientes como os PSFs, onde há médicos utilizando prontuários eletrônicos e sistemas online, a sobrecarga da rede causaria prejuízos no atendimento. Assim, sugeriu que, em casos específicos, os próprios servidores podem auxiliar os usuários por meio de outras soluções pontuais, como o uso temporário de seus aparelhos pessoais. Diante disso, declarou que votaria contra a proposta, por considerá-la inadequada para a administração pública e prejudicial ao funcionamento dos serviços essenciais. Retomando a palavra, a Vereadora Professora Ana Maria afirmou que situações como a relatada por ela poderiam ser resolvidas com boa vontade por parte dos servidores. Ressaltou, no entanto, que, no exemplo citado, o próprio funcionário negou o acesso à internet. Destacou que, quando há disposição para colaborar, sempre se encontra uma solução, sugerindo, inclusive, a instalação de um roteador exclusivo para uso do público. O Vereador Paulo Robson reforçou que, no caso específico citado, se a funcionária negou o acesso, o usuário poderia buscar outra pessoa para atendimento, e a situação deveria ser encaminhada ao chefe imediato para orientação. Pediu que os secretários orientem os servidores a



atenderem da melhor forma possível, inclusive concedendo auxílio para ligações quando necessário. No entanto, reafirmou que um projeto de indicação que permita Wi-Fi para todos os usuários comprometeria o atendimento nas unidades de saúde e demais repartições públicas. Reforçou seu posicionamento contrário à matéria e solicitou que os colegas de bancada compreendam a justificativa e o acompanhem nessa decisão. O Vereador Professor Nonato destacou a importância de reconhecer as oportunidades para corrigir erros e justificou seu posicionamento a favor da liberação de Wi-Fi em repartições públicas. Ele relembrou acordos anteriores sobre dotações orçamentárias e criticou a falta de boa vontade de servidores públicos que negam acesso à internet em situações pontuais, ressaltando que quem sofre é a administração municipal, representada pela Prefeita. Afirmou ainda que liberar Wi-Fi em prédios públicos, especialmente na saúde, é viável e simples, citando experiências anteriores em Altaneira, como em 2012 (dois mil e doze), quando o acesso gratuito foi implantado no Vale do São Romão, pelo ex-Prefeito Delvamberto. Defendeu que o município pode contratar uma rede separada, garantindo segurança para os sistemas administrativos, e disponibilizar uma segunda rede pública para usuários. Reforçou que a questão é de má vontade administrativa, não de inviabilidade técnica, e criticou o apequenamento dos vereadores ao se prenderem a disputas políticas, em vez de buscar soluções práticas. O Vereador Júnior do Povo parabenizou a vereadora Professora Ana Maria pela iniciativa e registrou que também há um projeto com esse objeto na Câmara dos Deputados, este sendo de autoria do partido da base do governo, do PSB. Também afirmou que disponibilizar internet gratuita em locais públicos, como hospitais, é uma necessidade real, pois muitos usuários precisam se comunicar e nem sempre têm acesso fácil a internet por falta de crédito, em algumas ocasiões. O vereador reforçou que a prefeitura tem recursos suficientes para investir nisso, mas precisa de um planejamento adequado, e criticou o governo por tratar a questão como algo pequeno para ser atendido. Em aparte, a Vereadora Professora Ana Maria agradeceu a presença da Prefeita Késia e do Secretário Ariovaldo, e aproveitou para pedir que a gestora olhe com atenção para o projeto, ressaltando que sua única intenção é beneficiar a população de Altaneira. Relatou novamente o caso que motivou a proposta: uma mãe com um bebê de colo, sob chuva, que precisou usar a internet para chamar o esposo, mas teve o pedido negado por uma funcionária. A vereadora afirmou que a proposta não comprometerá o sistema da administração, pois há alternativas técnicas viáveis, como a criação de uma rede separada para o público. Concluiu reforçando que o acesso à internet é essencial em diversas situações, como em hospitais e escolas, e defendeu a disponibilização do serviço em todos os prédios públicos, como forma de garantir o direito básico à comunicação. De volta com a palavra, o Vereador Júnior do Povo esclareceu que o projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados, que inclusive já houve aprovação em comissão, trata da obrigatoriedade de fornecimento de internet gratuita em repartições públicas, estendendo-se também a empresas que prestam serviços a esses órgãos. Afirmou que, nos dias atuais, é impossível viver sem internet e que o poder público não pode negar esse acesso aos usuários, especialmente em situações em que as pessoas aguardam atendimento ou acompanham pacientes. Reforçou que o projeto de indicação é justificado por um fato concreto e viável, já que há orçamento disponível, conforme aprovado anteriormente pela Câmara Municipal e comemorou o posicionamento favorável da Prefeita, que se encontrava no auditório da Casa, que se comprometeu a estudar a viabilidade da proposta. Sugeriu, ainda, que o serviço de internet seja ampliado para as praças públicas, a fim de promover a inclusão digital, especialmente dos jovens, e facilitar a comunicação entre os cidadãos e os órgãos públicos. O Vereador Paulo Geaneo parabenizou a Vereadora Professora Ana Maria pela iniciativa do projeto, ressaltando que em cidades como Crato e Juazeiro já existem redes de Wi-Fi gratuitas em hospitais e clínicas, inclusive particulares, e questionou por que isso ainda não ocorre em Altaneira. Afirmou que, mesmo que a proposta seja inspirada em outras cidades, o importante é trazer melhorias para o município. Em aparte, o Vereador Paulo Robson levantou uma ponderação quanto à liberação irrestrita de Wi-Fi em repartições públicas, utilizando como exemplo a própria Câmara Municipal.



Afirmou que, em sessões com grande público, o acesso simultâneo à internet por todos os presentes poderia comprometer a qualidade da transmissão oficial. Destacou que a situação relatada pela Vereadora Ana Maria é legítima, mas trata-se de um caso pontual, que poderia ser solucionado de forma individual, por meio de diálogo com os servidores ou com uso de meios alternativos, como o compartilhamento de internet móvel. O vereador ainda mencionou a possível existência de projeto de lei anterior que trata da disponibilização de internet em espaços públicos de lazer, sugerindo que esse tema seja melhor estudado. Por fim, reafirmou sua posição de cautela quanto à liberação geral do acesso, considerando a necessidade de preservar o bom funcionamento dos serviços públicos. De volta com a palavra, o Vereador Paulo Geaneo validou a sugestão do Vereador Professor Nonato, de que é possível viabilizar a proposta por meio da criação de redes específicas para o público, sem prejudicar os sistemas internos das instituições, reafirmando seu apoio à iniciativa. Nesse momento, o Presidente Professor Deza Soares esclareceu ao Vereador Paulo Robson que, atualmente, existem duas redes de Wi-Fi disponíveis na Câmara: uma destinada ao público e outra exclusiva para os trabalhos da assessoria no plenário. Reforçou considerar legítima a indicação da Vereadora Professora Ana Maria e, caso seja necessário votar, já se declarou favorável à proposta, por entender que todas as repartições públicas devem dispor de acesso à internet direcionado ao atendimento da população. O Vereador Júnior do Povo destacou que já existe legislação municipal relacionada ao fornecimento de internet gratuita em espaços públicos, referindo-se ao Projeto de Lei intitulado "Conecta Altaneira", de autoria da ex-vereadora Dra. Rafaela Gonçalves. Segundo ele, a norma já autoriza o Poder Executivo a disponibilizar o serviço, restando apenas à gestão municipal colocá-la em prática. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi vota em votação através do sistema nominal de votação, obtendo o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Nonato e Professora Ana Maria: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza: votos contrários. Havendo empate e já tendo o Presidente Professor Deza Soares já tendo manifestado sua posição, o mesmo registrou seu voto favorável à proposição. Matéria aprovada pela maioria. Item 4: Parecer nº 030/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 012/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, que dispõe sobre a compensação ambiental pelo corte do pau da bandeira em eventos culturais e religiosos no Município de Altaneira/CE e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o autor da matéria relatou que a propositura teve origem após participação nos festejos de Nova Olinda, onde é permitido o plantio de novas árvores com antecedência de 60 (sessenta) dias antes do corte da tradicional árvore. Demonstrou preocupação com a ausência de ações compensatórias no município de Altaneira, onde ocorre anualmente o corte de árvores sem reposição. Ressaltou que prática semelhante já é adotada também em Barbalha e, no ensejo, criticou a gestão municipal pela retirada das árvores localizadas em frente à sede da Prefeitura. O Presidente Deza Soares parabenizou o autor da propositura, destacando sua relevância ambiental. Na sequência, o Vereador Júnior solicitou que, após sanção da lei, seja dado conhecimento à comunidade religiosa. O Vereador Paulo informou que o município é sensível à pauta ambiental, comunicando que, conforme dados da Secretaria de Meio Ambiente, já foram plantadas mais de 250 (duzentos e cinquenta) mudas em Altaneira. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi vota em votação através do sistema nominal de votação, obtendo o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Paulo Robson, Professor Nonato, Professora Ana Maria, Tia Janne e Zé de Zuza: votos favoráveis. Vereador Valmir Brasil: voto contrário. Matéria aprovada pela maioria. Item 5: Parecer nº 031/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 014/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que institui a Comenda Teia das Trilhas Ancestrais – Honra à União Quilombola de Bananeira, Samambaia e Cachimbo, de Mérito Legislativo e dá outras providências. Após a leitura do Parecer favorável com admissibilidade, a autora da matéria, Vereadora Tia Janne externou que o objetivo da matéria é reconhecer e valorizar todos os que contribuíram para que as comunidades citadas construíssem o seu legado, reconhecendo suas lutas e trajetórias para proteger



os quilombolas. Registrou ainda que, para acontecer a inclusão dos quilombolas, houve a participação de toda a comunidade, citando em especial, a participação dos jovens que abraçaram a causa: o Professor e Secretário Clécio e o Robernilson, que de forma voluntária valorizaram as comunidades. Após a defesa, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 6: Parecer nº 032/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 020/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências.

Após a leitura do Parecer favorável com admissibilidade a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Encerrada a votação, o Presidente consultou o Plenário se os últimos 3 (três) itens poderiam ser discutidos e votados em bloco. Havendo consenso, os seguintes itens: Item 7: Solicitação de Urgência, de autoria do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 022/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de premiações para eventos culturais, esportivos e turísticos realizados pelo Município de Altaneira – CE e dá outras providências; Item 8: Solicitação de Urgência, de autoria do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 023/2025, de autoria do Poder Executivo, que estabelece jornada especial de trabalho a servidores da administração pública municipal com cônjuge, filhos e/ou dependentes com deficiência e Item 9: Solicitação de Urgência, de autoria do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 024/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares, foram postos em discussão. Não havendo nenhuma inscrição para discussão das matérias, as mesmas foram colocadas em votação em bloco através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares, agradeceu a participação de todos os presentes e ouvintes, assessoria interna e externa e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 26 de maio de 2025.

Zaulo Robson Brito de Oliveira

Firmino

Robson

[Signature]